



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA**  
***Estado de Minas Gerais***

**PROJETO DE LEI Nº 14, DE 24 DE JUNHO DE 2020**

**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DELFIM MOREIRA, COM A FINALIDADE DE CRIAR DOTAÇÕES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO VALOR DE R\$120.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Povo do Município de Delfim Moreira MG, através de seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, mediante decreto, Crédito Adicional Especial ao Orçamento Geral do Município, do exercício de 2020, no valor de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), com a finalidade de custear as ações de saúde na atenção básica, dando suporte ao enfrentamento da COVID-19, conforme disposto nos artigos 40 a 43 da Lei Nº 4.320/64.

**Art. 2º** Fica criada a fonte na programação orçamentária abaixo relacionada, incorporando-a e o seu respectivo valor na seguinte dotação do Orçamento do exercício de 2020:

CÓDIGO	FONTE	PROGRAMAÇÃO	NAT.	VALOR
02.06.01.10.301.0013.2176	155	Ações de Enfretamento ao COVID-19	33.90.30.00	40.000,00
02.06.01.10.301.0013.2176	155	Ações de Enfretamento ao COVID-19	33.90.32.00	20.000,00
02.06.01.10.301.0013.2176	155	Ações de Enfretamento ao COVID-19	33.90.36.00	5.000,00
02.06.01.10.301.0013.2176	155	Ações de Enfretamento ao COVID-19	33.90.39.00	55.000,00
<b>T O T A L</b>				<b>120.000,00</b>

**Parágrafo único.** Fica o Poder Executivo autorizado promover as alterações necessárias para compatibilização ao PPA e LDO, nos termos do art. 16, § 1º, incisos I e II da Lei Complementar nº. 101/00.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA**  
**Estado de Minas Gerais**

**Art. 3º** Para ocorrer o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes de anulação e de Excesso de Arrecadação, conforme disposto nos incisos II e III do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), sendo R\$60.000,00 (sessenta mil reais) por excesso de arrecadação e R\$60.000,00 (sessenta mil reais) por anulação na seguinte dotação:

CÓDIGO	FONTE	PROGRAMAÇÃO	NAT.	VALOR
02.06.02.10.303.0013.2094	155	Manut. da Farmácia Básica	31.90.11.00	60.000,00
Excesso de Arrecadação	155	Artigo 43, inciso II da Lei 4320/64	Ficha 369	60.000,00
<b>T O T A L</b>				<b>120.000,00</b>

**Art. 4º** Poderá o Poder Executivo quando necessário suplementar ou anular as dotações originaria desse crédito especial até o limite de igual valor da dotação e fonte ora criada.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Delfim Moreira, 24 de junho de 2020.

**JOSÉ FERNANDO COURA**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA**  
***Estado de Minas Gerais***

OFÍCIO Nº : \_\_\_\_/2020  
ASSUNTO : Projeto de Lei para Abertura de Crédito Especial  
SERVIÇO : Gabinete do Prefeito  
DATA : 24/06/2020

Senhor Presidente,

Pelo presente estamos encaminhando a esta Egrégia Casa Legislativa, Projeto de Lei nº 14/2020, que solicita autorização para que o Executivo Municipal possa abrir, mediante decretos, créditos especiais ao orçamento vigente, em favor da Secretaria Municipal de Saúde com a finalidade de custear as ações de saúde na atenção básica, dando suporte ao enfrentamento da COVID-19, para a apreciação e votação dos nobres Vereadores em **caráter urgente urgentíssimo**.

Na oportunidade, renovamos a V. Ex<sup>a</sup> e demais Edis votos de real apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

**JOSÉ FERNANDO COURA**  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXMº SR.**

**THIAGO SIQUEIRA MARQUES**

**DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA**

**DELFIM MOREIRA – MG**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA**  
**Estado de Minas Gerais**

**MENSAGEM AO**  
**PROJETO DE LEI Nº 14/2020**

Senhor Presidente desta Casa Legislativa,  
Nobres Edis,

Apresento a V.Sas. proposta que solicita autorização para que o Executivo Municipal possa abrir, mediante decretos, créditos adicionais especiais às dotações do orçamento vigente, **no valor de R\$120.000,00** (cento e vinte mil reais), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de custear as ações de saúde na atenção básica, dando suporte ao enfrentamento da COVID-19.

Se faz necessário a abertura de créditos adicionais especiais nas programações referidas no presente projeto de lei, pois não houve previsão orçamentária para realização de despesas acima referidas, necessitando essas adequações para atender a emenda à LOA.

Como fontes de recursos serão utilizados os provenientes de superávit financeiro, conforme disposto no inciso I do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64:

*“Art. 43 - A abertura dos créditos suplementares e especiais **depende da existência de recursos disponíveis** para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.”*

*“§ 1º - **Consideram-se recursos** para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:*

*I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;*

*II – os provenientes de **excesso de arrecadação**;*

*III – os resultantes de **anulação** parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;*

*IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.”*

Sabedor do espírito público que tem comandado as ações desta Edilidade, apresento cordiais saudações.

Prefeitura Municipal de Delfim Moreira, 24 de junho de 2020.

**JOSÉ FERNANDO COURA**  
PREFEITO MUNICIPAL



---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA**  
***Estado de Minas Gerais***

---

## **Da Estimativa do Impacto Orçamentário-financeiro**

**Exercícios: 2020, 2021 e 2022**

A estimativa do impacto orçamentário-financeiro do presente projeto de lei que AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DELFIM MOREIRA, COM A FINALIDADE DE CRIAR DOTAÇÕES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO VALOR DE R\$120.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS é de igual valor neste ano de 2020, mas não restará compromisso orçamentário-financeiro para os exercícios seguintes, de 2021 e 2022.

Delfim Moreira, 24 de junho de 2020.

**JOSÉ FERNANDO COURA**  
PREFEITO MUNICIPAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA**  
***Estado de Minas Gerais***

---

**Da Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira**

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que o aumento de despesa de custeio referente ao projeto de Lei que AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DELFIM MOREIRA, COM A FINALIDADE DE CRIAR DOTAÇÕES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO VALOR DE R\$120.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, não infringindo qualquer de suas disposições. Deste modo, não sendo ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.

Delfim Moreira, 24 de junho de 2020.

**JOSÉ FERNANDO COURA**  
PREFEITO MUNICIPAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA**  
***Estado de Minas Gerais***

## **PARECER TÉCNICO-JURÍDICO**

Foi-me apresentado para apreciação e emissão de parecer jurídico, o Projeto de Lei que dispõe AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DELFIM MOREIRA, COM A FINALIDADE DE CRIAR DOTAÇÕES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO VALOR DE R\$120.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Após análise da proposição legal, da mensagem, pareceres e declarações anexos, verifica-se que atende os princípios constitucionais que dão suporte às Administrações Públicas: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Trata-se de objeto de interesse social e as despesas estão em conformidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E ainda, como apresentado o estudo de estimativa orçamentário-financeiro e declarações, cumpriram-se as exigências do artigo 16 de Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, no campo do aumento de despesa de caráter continuado deve se ater aos ditames e limites impostos pelas leis federais que no caso é a Lei de Responsabilidade Fiscal e leis municipais, LDO e Plano Plurianual.

À vista das mencionadas leis, foi apresentado na mensagem ao Projeto de Lei em análise todas as informações necessárias à efetivação do Projeto e ainda resta provado que foram respeitados todos os limites e exigências feitas pelas Leis correlatas ao assunto. Deste modo, o conteúdo do Projeto de Lei, sob o ângulo jurídico-formal guarda conformidade legal, não necessitando nenhum reparo.

Este é o meu entendimento.

Delfim Moreira, 24 de junho de 2020.

**PAULO FERNANDO SIMÃO**

Procurador Jurídico - OAB/MG 149.973